

SUS: 30 ANOS DE CONQUISTAS, DESAFIOS E AMEAÇAS

Em defesa do SUS, da saúde do povo brasileiro e da dignidade profissional

O SUS – Sistema Único de Saúde – é uma das mais simbólicas expressões do complexo processo de construção da democracia brasileira nas últimas três décadas, ao abrigo da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, uma exemplar concepção de política social universal e solidária, exemplo para outras nações.

Gestado e embalado ainda nos anos 70, no bojo das lutas por democracia e liberdade, contra o regime ditatorial de exceção, o SUS sintetizou dialeticamente intensas reflexões e ações da intelectualidade acadêmica, dos movimentos populares, dos sindicatos, da militância política progressista e, em particular, dos profissionais de saúde, neles incluído o movimento de renovação das entidades médicas. Reforma sincrônica aos movimentos internacionais de construção de políticas adequadas aos desafios da universalização e qualificação dos sistemas, serviços e ações de saúde, especialmente emanados da conferência de Alma Ata (1978), que destacou a importância da Atenção Primária à Saúde.

Na aurora dos novos tempos de democracia e desenvolvimento conquistados pelo povo brasileiro, a saúde se destacou como exemplo bem acabado de princípios, diretrizes estratégicas, que se consolidaram na inolvidável 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) e se materializaram política e juridicamente na criação da Seguridade Social, a saúde integrando o avançado sistema de proteção social definido no texto da Carta Constitucional Cidadã e na decorrente Lei Orgânica da Saúde, em 1990.

Tal processo converteu o SUS em patrimônio do povo brasileiro, expressão da mudança radical de paradigmas, em extensão e profundidade: a amplitude com que trata os determinantes da saúde, buscando-os nas condições de vida da população, espalhando suas ações para muito além do tradicional campo de serviços de saúde; o fundamento da saúde como direito inerente à condição humana, longe da estreita concepção de bem mercantilizado; os princípios de universalidade, da equidade e integralidade do cuidado, da ética, da autonomia, da participação fraterna de profissionais e usuários; das formas de

organização sob o primado da acessibilidade, eficiência, qualidade, descentralização e democratização da gestão. Sonhos que se construíram pelas mãos de milhões de brasileiros e que, inscritos na Constituição Federal, elevaram as políticas sociais a um novo patamar de cidadania e responsabilidade pública solidária, pela vida e saúde de todos.

Os avanços foram muitos, em um país continental com imensos desafios sociais, onde o SUS atende cerca de 209 milhões de habitantes, dos quais cerca de 70% dele dependem exclusivamente. Os números do SUS são impressionantes: mais de quatro bilhões de procedimentos ambulatoriais e 12 milhões de internações, em 332.000 leitos hospitalares a ele vinculados. Somos exemplo em muitas áreas: no programa nacional de imunizações; na assistência integral e gratuita aos portadores de HIV/AIDS; no maior sistema público mundial de transplantes de órgãos; nas vigilâncias sanitárias e epidemiológicas que fazem a fiscalização e controle desde agrotóxicos, alimentos e medicamentos, dos estabelecimentos de saúde, bem como de doenças epidêmicas, como Febre Amarela, Zika, Dengue e outras. Hoje somos cerca de 453 mil médicos no país, dos quais pouco mais de 70% tem vínculo de trabalho com o SUS; contingente expressivo, embora, a exemplo de outros profissionais de saúde, não sejamos contemplados com uma política de pessoal única e segura, que garanta condições dignas de exercício profissional e remuneração.

Tais avanços, no entanto, não propiciaram a esperada satisfação de expectativas e necessidades da população. Na última década, a saúde vem figurando como o principal problema do país, em pesquisas de opinião pública.

Os graves problemas que acometem ao SUS são sobejamente conhecidos: subfinanciamento, gestão inadequada, falta de recursos, fragmentação do sistema, etc. Além disso, somos obrigados a reconhecer que os problemas não são produto do subdesenvolvimento, ou da incompetência de dirigentes, mas sim que são resultados deliberadamente mantidos como problemas e assim sustentados, protelando as soluções, porque essa forma é a que melhor convém a alguns interesses privados e políticos. Muitas das mazelas que acometem o sistema de saúde podem e já deveriam ter sido solucionadas há muito tempo; outras requerem algumas mudanças político-administrativas que ninguém quer assumir para não contrariar interesses privados. Retrato das atribuladas relações entre população e sistema, com dificuldades de acesso, demora na obtenção de consultas, exames e cirurgias, falta de profissionais, etc. Quadro

muitas vezes exacerbado pelas mesmas mídias que esmaecem os avanços obtidos, pois é fato que raramente se divulgam as conquistas e frequentemente se exploram os problemas. Embora a maioria das pessoas atendidas elogiem os serviços prestados pelo SUS, perto de 60% da população classifica a situação de saúde do país e o SUS como ruim ou péssimo e cerca de 10% como bom ou excelente. Há muito a se fazer!

Nestas comemorações de 30 anos, devemos refletir sobre esta distância que se interpõe entre o SUS que inscrevemos no arcabouço conceitual e legal vigente e aquele que a população acessa concretamente; ou, como se afirma corriqueiramente, entre o SUS legal e o SUS real, gerando inclusive a afirmação, tantas vezes preconceituosa e mal intencionada, de que “o SUS só funciona no papel”.

Espelho do curso histórico da sociedade brasileira, o SUS não poderia deixar de refletir e integrar os avanços e as vicissitudes por que passamos nestes últimos 30 anos. Apesar de inumeráveis conquistas, na multiplicação de serviços, na constituição de redes de atenção de diferentes complexidades, no aprimoramento profissional, na participação qualificada de usuários e trabalhadores de saúde, é correto afirmar que ao longo de sua breve trajetória o SUS não foi objeto do merecido cuidado por parte dos governantes, seja do ponto de vista político, seja no suporte às suas necessidades materiais e, sobretudo, financeiras. Pouco após seu nascimento, foi vítima dos retrocessos político-institucionais que abalaram nossa jovem democracia, em princípio dos anos 90, tempos em que o Estado de Bem Estar Social passou a sofrer, em todo mundo, ataques de lógicas econômico-financistas de caráter liberal.

Sob diferentes batutas políticas que regeram o país em seus 30 anos, o SUS avançou um pouco mais, um pouco menos, mas nunca à altura da ousadia dos princípios teóricos e jurídicos de sua concepção primeira; especialmente por conta do permanente subfinanciamento a que foi submetido, mesmo nos momentos de expansão da economia e de políticas sociais inclusivas. Subfinanciamento imposto pela lógica macroeconômica focada na produção de superávit para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, em detrimento da garantia de recursos seguros, duradouros e crescentes às políticas sociais. Desfinanciamento como instrumento de contenção e, no extremo recente, erosão do SUS, a serviço de interesses mercantilistas das administradoras e

intermediadoras dos planos de saúde e do complexo médico-industrial, nacional e, temerariamente, internacional.

O resultado de tudo isto é a vexatória posição ocupada pelo Brasil no ranking internacional de gastos públicos em saúde, inferior a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), praticamente a metade ou menos daquilo que investem países com nível de desenvolvimento econômico semelhante ao nosso. É sobejamente referido que o Brasil é o único país que, dispondo de sistema universal, tem gastos privados em saúde superiores aos públicos, com dispêndio per capita inferior ao de muitos países latino-americanos. Quadro agravado pela dissipação decorrente da ineficiência, da má gestão e, o que é pior, da corrupção.

Reflexos da grave crise moral e institucional porque passa o Brasil, as comemorações de 30 anos do SUS são empanadas por recentes e flagrantes retrocessos e ameaças, materializadas em articulações e propostas, que seus adversários têm coragem de trazer à luz, cabendo destacar: a) a redução dos aportes financeiros federais, sobrecarregando os municípios; b) a abertura de ações e serviços de saúde ao capital estrangeiro; c) as iniciativas parlamentares visando a limitação da gratuidade dos serviços; a instituição de plano de assistência à saúde, oferecido pelo empregador, como “direito social ao trabalhador”, subsidiado por renúncia fiscal; ou a criação dos chamados “planos populares / acessíveis de saúde”, com coberturas limitadas, afrontando o direito dos beneficiários e a boa prática de médicos e outros profissionais.

De absoluta gravidade é a aprovação e vigência da Emenda Constitucional nº 95, conhecida como “Teto de Gastos”, promovendo, ao longo dos próximos 20 anos, grave redução das receitas de custeio e de investimentos das políticas sociais, incluídas as de saúde, com perdas estimadas da ordem de 400 bilhões no orçamento do setor.

Coroando este processo de investidas econômicas ou setoriais, inimigos do SUS trouxeram a público, no mês de abril último, às vésperas das comemorações dos 30 anos do SUS, proposta explícita de seu desmantelamento sistêmico, afrontando sua base legal e constitucional, seus fundamentos, princípios e diretrizes: a negação da cidadania e do direito conquistado e construído. Tal estratégia se materializou na realização do “1º Fórum Brasil – Agenda Saúde: a ousadia de propor um Novo Sistema de Saúde”, organizado pela recém-criada Federação Brasileira de Planos de Saúde (FEBRAPLAN), que, a despeito de sua pequena significância político-institucional, buscou reunir parlamentares federais e

representantes do Ministério da Saúde em torno da seguinte pauta: progressiva redução à metade da população que tenha acesso ao SUS e transferência de recursos do SUS para financiar a Atenção de Alta Complexidade nos planos privados de saúde. A despeito de sua maior ou menor importância formal a realização do evento, revela a “naturalidade” com que temas deste conteúdo passaram a ser tratados.

Temos todos os motivos para comemorar os 30 anos do SUS. O SUS coroado no tema da 15ª Conferência Nacional de Saúde, em 2015: “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”.

É hora de comemorar os avanços e, simultaneamente, resistir, lutar e defender o que foi conquistado. Diante dos retrocessos da sociedade brasileira e das afrontas potenciais aos SUS, renunciadas ou já concretizadas, não nos resta alternativa senão a coesão e unidade de ação, diante daqueles que, preocupados com interesses particulares da mercantilização da saúde, querem subtrair ao povo brasileiro e aos profissionais seu direito e patrimônio: o Sistema Único de Saúde, em seus 30 anos de existência.

São Paulo, 2 de maio de 2018
Câmara de Políticas de Saúde